



ELEIÇÕES | 2020

BOOM DAS PESQUISAS ELEITORAIS

Levantamentos bancados por institutos crescem em meio a indícios de fraudes

PEDRO CAPETTE
RAVANDERSON GUERRA
pedro@globo.com.br

O número de pesquisas bancadas com recursos dos próprios institutos cresceu 174% nesta campanha em relação a 2016, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — foram 3.499 até ontem, contra 1.279 há quatro anos, em intervalos de tempo equivalentes. Além do aumento expressivo, o GLOBO identificou acusações de ofertas de resultados fraudulentos, levantamentos feitos a partir de formulários do Google e Facebook e uso de dados falsos de estatísticos, entre outros indícios de que a expansão do mercado de medição da intenção de votos vem acompanhada de práticas que podem interferir no processo eleitoral.

Ao informarem que realizaram as pesquisas com verba própria, sem contratante externo, os institutos não precisam prestar contas sobre a origem do dinheiro. Há casos de levantamentos feitos por empresas que declararam à Receita Federal ter como atividade o transporte com uso de vans e a filmagem de casamentos.

O Ipop Cidades & Negócios lidera o segmento. Em oito meses, investiu R\$ 650 mil em 350 pesquisas, em 192 cidades — todas praticamente com o mesmo custo, de R\$ 2 mil, independentemente do tamanho da amostra e do local. Na última semana, a empresa registrou 114 pesquisas no TSE, com a previsão de ouvir 57 mil pessoas.

O dono do instituto, Márcio

Rogério Pereira Gomes, foi o titular de outra empresa, que figurou no topo das pesquisas autofinanciadas em 2016. Ele foi condenado recentemente a sete meses de prisão, em regime aberto, e ao pagamento de R\$ 213 mil por divulgação de pesquisas fraudulentas relativas às eleições municipais de quatro cidades.

Em 2020, o Ipop já acumulou mais de 30 processos na Justiça Eleitoral de Goiás. Em um deles, em Pontalina, o Ministério Público entrou com uma representação contra a empresa após receber a denúncia de que Gomes "ofereceu um resultado mais favorável a um pré-candidato". Em depoimento, o candidato do PSC à prefeitura do município, Mack, disse que o empresário pediu R\$ 6 mil para publicar uma pesquisa em que ele apareceria com 21,3% das intenções de voto. A oferta foi recusada e, um mês depois, foi publicado um levantamento em que Mack tinha 11,3%. Depois da divulgação, a Justiça barrou a pesquisa.

— Há indícios de que ocorreu a fraude e que ele (Gomes) foi o autor — afirmou o procurador Guilherme Oliveira, que colheu o depoimento do candidato e tem em mãos o áudio da conversa dele com o empresário.

Os questionários apresentam falhas, como nomes fora de ordem alfabética e presença de candidatos que sequer fazem parte da disputa. Já os dados de estratificação mudam completamente. Numa mesma cidade, mulheres representaram

27,3% dos entrevistados em julho. Em outubro, a quantidade subiu para 48,2%.

Procurado, o empresário afirmou que as pesquisas são judicializadas por candidatos descontentes com os resultados.

— Caso você fosse candidato e saísse um resultado em que você está em segundo ou terceiro, você não ia desqualificar a pesquisa? Estamos ganhando (na Justiça) em todas.

FALSIDADE ATÉ NO NOME

Há também episódios de fraudes no uso dos nomes dos estatísticos responsáveis pelo embasamento técnico da pesquisa. Em julho, Eurimar Reis Damasceno Santos abriu a Datapes, em Palmas. A empresa tem como atividade principal a filmagem de festas e eventos, mas, desde a fundação, fez dez pesquisas, ao custo total de R\$ 30 mil, bancados pela própria empresa. Todas supostamente assinadas por André Rodrigues, estatístico em Santa Catarina. Procurado pelo GLOBO, ele negou ter feito o trabalho.

— Nunca falei com ninguém do Tocantins. Nem registrado no Conselho de Ipes — disse ele, que registrou ocorrência sobre o caso.

Por telefone, um representante da empresa não soube informar os nomes dos estatísticos responsáveis pela pesquisa e desligou após ser questionado sobre Rodrigues ter negado trabalhar para a firma.

Em Ipiranga (PR), uma empresa de aluguel de vans para transporte da mulher do candi-

IRREGULARIDADES EM SÉRIE

TIPOS DE FRAUDE



Venda de resultado

No caso do Ipop, uma investigação na Justiça Eleitoral de Goiás apura se o instituto forjou o resultado de uma pesquisa depois que um candidato não aceitou contratar a empresa.



Pesquisa adulterada

Enquetes divulgadas em redes sociais já foram registradas oficialmente como levantamentos eleitorais no TSE. No Rio Grande do Norte, um formulário do Google foi protocolado.



Outra atividade

1) Empresa cuja atividade formal é o transporte por meio de vans realizou pesquisas eleitorais.
2) Outra empresa, que realiza festas de casamento, também registrou levantamentos.



Falsidade ideológica

Empresa no Tocantins realiza pesquisas informando que um estabelecido de Santa Catarina é responsável por elas, mas ele negou a informação e sequer tem registro na região.

NORMAS DO TSE



As pesquisas devem respeitar a proporção da população em relação ao gênero, renda, faixa etária e outros indicadores.

A distribuição de entrevistados por bairro deve ser representativa.

Questionários das pesquisas devem ser disponibilizados no site do TSE.

PESQUISAS PAGAS COM RECURSOS DO PRÓPRIO INSTITUTO

(considerando 17 dias para o primeiro turno em cada ano)



“Há indícios de que ocorreu a fraude e que ele (Márcio Rogério Gomes) foi o autor”

Guilherme Oliveira, procurador à frente de investigação sobre venda de resultados em pesquisa eleitoral no interior de Goiás

didato a vereador Dodó Nascimento (PSB) foi acusada de realizar uma pesquisa eleitoral com registro inexistente de um matemático, quando a legislação exige um estatístico — a Justiça Eleitoral impediu a publicação. Procurado, o candidato disse, inicialmente, que fez a pesquisa em nome de uma página de Facebook e que foi um equívoco o registro do matemático. Depois, negou

ter feito o levantamento a pedido da página. Perguntado sobre o financiador do levantamento, desligou.

Já na Bahia, o Tribunal Regional Eleitoral deu registro de pesquisa a uma enquete de Facebook, enquanto no Rio Grande do Norte, a plataforma usada e registrada foi um formulário do Google. A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (Abep) levou à Procuradoria-Geral da República uma representação relatando a série de suspeitas.

— Estamos falando de algo em torno de R\$ 45 milhões disponíveis para esse “benefício”, que é manter as cidades informadas com pesquisas gratuitas. Quando percebemos que estava acontecendo de maneira recorrente, imaginamos que houvesse alguma anomalia — ressaltou o coordenador do Conselho

de Opinião Pública (Conselho) para todo o território nacional. Tem número de funcionários que não realiza quem. Agente tenta fazer o controle prévio sobre o todo das pesquisas, tanto gerencia ou cuida a divulgação, atuando sobre o que é provocado por representação. De acordo com o tribunal, um sistema com mais segurança de registro de pesquisas seria implementado no ano que